



1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO
2 HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2003, NO AUDITÓRIO DA
3 SMSA, AV: AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.

4 Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e três, foi realizada a reunião ordinária do
5 Conselho Municipal de Saúde, iniciada às 14:40 horas pelo presidente do Conselho, Cléber das
6 Dores de Jesus informando que a reunião terá como pauta principal a avaliação da V Conferência
7 Estadual de Saúde de Minas Gerais. Em seguida o conselheiro honorário Evaristo Garcia comentou
8 a realização do Fórum Social Brasileiro. O conselheiro Sebastião falou sobre a realização do
9 Conselho na Praça Nordeste e parabeniza o Conselho Municipal e Distrital de Saúde pelo evento e
10 informa que no dia 17/12/2003, o Conselho na Praça será no bairro Guarani, região Norte.
11 Agradece a todos que participaram da comemoração do Dia do Dentista na região Norte, inclusive
12 o Secretário Helvécio Miranda. Reclamou também da falta de profissionais nas unidades e pede
13 providências ao gestor municipal em relação aos médicos substitutos para os centros de saúde e
14 informa que no dia 14/11/03, haverá manifestação no Centro de Saúde Tupi para sensibilização do
15 poder público sobre essa questão. Em seguida o conselheiro José Brandão Maia propõe a criação
16 de uma comissão junto à Assistência Farmacêutica da SMSA, para discutir a centralização dos
17 medicamentos para idosos e denunciou a demora para marcação de exames para prevenção de
18 câncer de próstata. O conselheiro Paulo Carvalho informa sobre o projeto Proformar, que tem
19 como objetivo capacitar profissionais da área da saúde, em especial os agentes sanitários. O ex –
20 conselheiro municipal de saúde, Antônio Carlos alerta para a questão da reclassificação das áreas
21 de risco de Belo Horizonte. A conselheira Elina Santos denuncia a falta de higiene e materiais em
22 que se encontra o Hospital Miguel Couto. O presidente do CMS/BH, Cléber das Dores falou sobre
23 as comissões locais de saúde e informou sobre a viagem feita por uma comissão de conselheiros
24 da RMBH ao CNS, no dia 12/11/2003 para entrega de recursos sobre a situação da delegação
25 destas cidades, na Conferência Nacional de Saúde e que o plenário do Conselho decidirá se
26 deveremos entrar com uma ação no Ministério Público sobre esta questão. O conselheiro Hervécio
27 fala da importância da caminhada conjunta entre as cidades da região metropolitana que
28 realmente querem que o SUS progrida. A conselheira local de saúde do bairro Lagoa, Maria da
29 Glória informa que o Centro de Saúde Lagoa será ampliado e que no dia 17/12/03 será realizada
30 uma comemoração de final de ano com todas as comissões locais. Convidou todos os presentes
31 para participar de um manifesto contra violência, no dia 28/11/03, em Venda Nova. Informa ainda
32 que no dia 19/11/03, acontecerá uma feijoada para encerramento do ano na comunidade do bairro
33 Lagoa. O conselheiro Dorvalino comentou que o sistema de saúde está regredindo e informa que
34 na última reunião da Comissão Perinatal da SMSA, foi possível verificar as dificuldades enfrentadas
35 pela maternidades ligadas ao sistema público de saúde. Em seguida a Dr^a Irene, representante da
36 Clínica Nossa Senhora da Conceição falou sobre os diversos tipos de atendimentos prestados pela
37 entidade, principalmente aos pacientes em estágio terminal de Câncer e AIDS e informa que,
38 desde a abertura da clínica a mesma vem prestando serviços aos pacientes do SUS, inclusive com
39 o preenchimento de AIH, mas não tem sido feito nenhum tipo de pagamento. A clínica tem
40 continuado seus trabalhos apenas com a ajuda da Igreja Católica e com o dinheiro de doações. Em
41 2001, foi realizado um ato público para efetivação do convênio com a prefeitura, mas até o
42 momento nenhum tipo de recurso foi repassado à clínica. A representante da Clínica Nossa
43 Senhora da Conceição solicitou que as providências necessárias sejam tomada pela SMSA. O 1º
44 secretário do CMS/BH, Túlio Batista respondeu ao questionamento feito pelo ex – conselheiro
45 Antônio Carlos, sobre o cálculo para determinar as áreas de risco do município, informando que
46 não é necessário uma cobertura de cem por cento do município pelo PSF, pois existem áreas que
47 não necessitam deste tipo de atendimento e outras onde a população precisa prioritariamente
48 desta cobertura, com visitas de auxiliares e uma vigilância rigorosa para que não haja agravos e
49 adoecimentos, o que podemos classificar como equidade ou seja, cada um deve ser atendido de
50 acordo com sua necessidade e isso é o que direciona a organização dos nossos serviços de saúde
51 ou qualquer serviço prestado pelo SUS. Foi feito um estudo em Belo Horizonte, que estabeleceu e
52 levantou as áreas de alto, médio e baixo risco, conforme a localização geográfica, a situação sócio
53 econômica e o critério epidemiológico. Então existem equipes do PSF implantadas em áreas de
54 baixo risco e algumas regiões de alto risco estão descobertas. Isso será mudado, mas essa

55 situação ocorre em apenas 10% das equipes do PSF. Informou ainda que no próximo ano, será
56 feito a discussão do orçamento da saúde junto com o Conselho. A conselheira Ivânia convida os
57 conselheiros presentes para uma missa que se realizará no dia 25/11/2003, no Centro de Saúde
58 Santa Mônica. A conselheira Rosalina informou que a CTCA discutiu a prestação de contas do
59 Hospital Sofia Feldman, falando que as gestantes devem realizar o pré natal nos centros de saúde,
60 para posteriormente serem encaminhadas as maternidades conveniadas ao SUS/BH. Mas, em
61 muitos casos quando a gestante entra em trabalho de parto, as mesmas são encaminhadas aos
62 hospitais de urgência, dificultando o pagamento do procedimento pelo SUS, o que faz com que as
63 maternidades sejam prejudicadas. Solicita informações a SMSA sobre o projeto de humanização de
64 partos, que já foi aprovado pelo CMS/BH e dentre as propostas existem questões que defendem o
65 repasse de recursos pela Secretaria, inclusive o pagamento de diárias para o acompanhante das
66 gestantes. Falou ainda da PPI e cobrou do Secretário um encaminhamento do contrato global do
67 Hospital das Clínicas. O Secretário Municipal de Saúde Helvécio informou sobre a negociação do
68 contrato com o Hospital das Clínicas, sobre o projeto de humanização do pré natal, falando que BH
69 tem bons resultados na redução da mortalidade infantil e materna e sobre a obrigatoriedade do
70 acompanhante para as gestantes, relatando que está sendo, encaminhado à Câmara Municipal um
71 projeto de lei, para regulamentar esta questão em BH, pois este tipo de atendimento não está
72 incluído na tabela do SUS e não existe nenhuma lei brasileira que torne esta questão obrigatória.
73 Falou também da democratização da composição do orçamento da saúde e da execução
74 orçamentária e financeira. Informou também sobre o cálculo para determinar as áreas de risco do
75 município. Sobre a Clínica Nossa Senhora da Conceição informou que a SMSA recebeu uma
76 proposta formal e a unidade tem o fluxo para realização de chamamento público para contratação
77 hospitalar e ambulatorial e por ser uma entidade filantrópica, o convênio pode ser perfeitamente
78 processado. Informou sobre a morte de paciente no Hospital Santa Maria, um dos poucos que
79 ainda resistem ao movimento da desospitalização psiquiátrica, que não deve ocorrer apenas no
80 SUS e sim em toda cidade e em todo país. O conselheiro Paulo Carvalho solicita que o Conselho
81 encaminhe com urgência um ofício à FHEMIG, ao CES e a SES, sobre a situação do médico
82 Guilherme Riccio, diretor da FHEMIG e de uma Clínica particular o que fere a Lei 8080. O secretário
83 geral do CMS/BH, Roberto Francisco fez a leitura dos informes da mesa: 1 - Dia 12/11/2003, o
84 presidente do CMS/BH Cléber, o secretário geral do CMS/BH, Roberto Francisco e os conselheiros
85 Willer Marcos, Cleide Donária, João Cesário e Anadil Benedita estiveram em Brasília/DF para uma
86 reunião com a Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde Eliane Aparecida da Cruz, com
87 objetivo de entregar os recursos feitos pela delegação da região metropolitana de BH para
88 participar da 12ª Conferência Nacional de Saúde; 2 - Seminário agrotóxico e a saúde do
89 trabalhador, dia 14/11/03, às 8:30 horas, na Faculdade de Medicina da UFMG, sala 8007; 3 -
90 Reunião da Câmara Técnica de Recursos Humanos, dia 14/11/03, às 14:30 horas, na sala do
91 Conselho. Pauta: perseguições a funcionários terceirizados pela empresa Liderança e a gerente de
92 Zoonoses do Distrito Sanitário Barreiro; 4 - Reunião da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e
93 Municipalização, dia 18/11/2003, às 14:30 horas. Pauta: elaboração do relatório de gestão da
94 SMSA, referente ao ano de 2003; 5 - Reunião da Câmara Técnica de Comunicação, dia
95 19/11/2003., às 9:30 horas, pauta: aprovação de projeto editorial e pré-pauta do ConSaúde; 6 -
96 Seminário avançado na implantação da rede de atenção integral à saúde do trabalhador em Minas
97 Gerais, dia 20/11/03, de 10 às 18 horas e dia 21/11/03, de 8:30 às 17:30 horas, no Hotel Royal
98 Powers. Maiores informações no telefone 3261-4809; 7 - Dia 24/11/2003, às 8:30 horas, no
99 Hospital Borges da Costa/Hospital das Clínicas da UFMG, solenidade de entrega do espaço físico
100 recuperado do Hospital Borges da Costa, que é destinado ao atendimento na área de Oncologia; 8
101 - Dia 26/11/2003, às 19 horas, posse da Comissão Local de Saúde Nossa Senhora Aparecida, Rua
102 Coronel Jorge Dário, 10, São Lucas – Obra Social São Lucas; 9 – Missa de 7º dia do pai do
103 funcionário José Osvaldo, dia 16/11/2003, na Igreja Cristo Redentor. Em seguida faz leitura do
104 OF.CMS/BH – 567/03, que foi encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde: “Nós, delegados e
105 delegadas, usuários e trabalhadores das cidades de Belo Horizonte, Ibirité, São José da Lapa e
106 Ribeirão das Neves, Ouro Preto e Sarzedo solicitamos recurso ao Conselho Nacional de Saúde e à
107 Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Saúde. Esta solicitação se faz necessária
108 devido ao tumulto e à não transparência nos encaminhamentos dados na V Conferência Estadual

109 de Saúde de Minas Gerais, realizada entre os dias 30 de outubro e 2 de novembro de 2003.
110 Esclarecemos: 1) No universo de 1.122 delegados inscritos, sendo: 523 usuários; 241
111 trabalhadores; 235 gestores e prestadores; 104 conselheiros estaduais de saúde; 19 indefinidos. A
112 Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) se encontrava presente, com aproximadamente,
113 40% da plenária. Os atores responsáveis pelas estratégias indutoras e excludentes, os
114 representantes da mesa condutora dos trabalhos, manipulou os delegados a deixarem para a
115 RMBH apenas duas vagas para trabalhadores e quatro vagas para usuários. Estavam participando
116 59 delegados trabalhadores e 140 delegados usuários. A qualidade e o desempenho com que
117 foram realizadas as conferências municipais da RMBH foram prejudicados. Foram feridos os
118 princípios norteadores da ética e da transparência. Foram desrespeitadas as diretrizes da 12^a
119 Conferência Nacional de Saúde, referentes aos critérios estabelecidos para a retirada de delegados
120 (Art. II, item 4^o do Regulamento da V Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais e o Art. 10^o,
121 item 1, letra A, do Regulamento da 12^a Conferência Nacional de Saúde). Não houve autonomia dos
122 segmentos para deliberarem sobre estes critérios de retirada de delegados. A mesa condutora dos
123 trabalhos conduziu, de forma errada, os mesmos, propondo a divisão do número de delegados por
124 DADS (Diretoria de Ações Descentralizadas de Saúde). Assim, não foram usados os critérios
125 populacionais, como regulamentam os artigos citados acima. Esclarecemos que são 28 DADS,
126 sendo que algumas não estavam representadas por delegados e outros, com apenas um ou dois
127 delegados. Diante do exposto, solicitamos a intervenção da Comissão Organizadora da 12^a
128 Conferência Nacional de Saúde para garantir o credenciamento dos delegados dos municípios
129 mencionados abaixo. Desta forma, também estará sendo garantida a efetivação da construção do
130 Sistema Único de Saúde (SUS) com a participação democrática dos movimentos sociais. 1)
131 População total de Ibitiré, Belo Horizonte, São José da Lapa, Ribeirão das Neves, Ouro Preto e
132 Sarzedo: 2.800.328 (fonte: Censo/2002 Assembléia Legislativa de Minas Gerais); 2) Delegados à
133 12^a Conferência Nacional de Saúde de acordo com os critérios legais: 20 usuários; 10
134 trabalhadores; 10 gestores e prestadores; Total: 40 vagas para delegados. Cientes da nossa
135 importância para o processo e dos nossos direitos, aguardamos resposta quanto à esta
136 solicitação". Em seguida, o vice-presidente do CES, Nicodemus de Arimatéia, informou que está
137 representando a mesa diretora do CES, atendendo a um convite do presidente do CMS/BH para
138 participar desta reunião. Disse que a plenária a despeito da percepção de alguns delegados, teria
139 sido conduzida de maneira equivocada ou até com falta de ética e transparência mas, foi
140 deliberado o critério de distribuição por DADS. Informou que em lugar nenhum do regimento da
141 12^a Conferência Nacional de Saúde, consta que as conferências estaduais teriam que seguir o
142 critério populacional. O regimento fala que o Estado de Minas Gerais deveria fazer uma procriação
143 de vagas na sua delegação, com base na população e o plenário da V Conferência Estadual de
144 Saúde, deliberou com a participação da representação que está fazendo esta queixa, pela
145 distribuição de vagas por DADS. O segmento gestor/prestador do próprio município de Belo
146 Horizonte participou da plenária específica e existem gestores de Belo Horizonte indicados e eleitos
147 delegados da 12^a. O que também acontece com o segmento de usuários. O segmento de
148 trabalhadores se afastou nos primeiros momentos da plenária específica e os trabalhadores de
149 Belo Horizonte se retiraram seguidos de representantes de outros municípios. Mencionou também,
150 o ofício encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde onde estão sendo citados equivocadamente,
151 os artigos que nada tem a ver com a questão e a uma nota jornalística num jornal de grande
152 circulação cuja manchete era: "Conferência Estadual termina em atrito" que fala do abandono de
153 parte dos trabalhos, questionando que a escolha foi feita por regiões pobres e não por critérios
154 populacionais como a plenária é soberana e determinou que a escolha fosse feita com esse
155 critério. Lembrou ainda, uma matéria onde o senhor José Maria Borges, subsecretário de Estado da
156 Saúde teceu alguns comentários como: "o interior é sempre esquecido, os grandes municípios
157 sempre levam os recursos e que mantido o critério populacional estaria sendo dado privilégio a
158 região metropolitana de Belo Horizonte" e "na forma em que está as outras cidades terão
159 chances". Em seguida o vice-presidente do CES, Nicodemus Arimatéia fez esclarecimentos sobre o
160 acesso aos recursos pelos municípios do estado e que vê este tipo de questionamento como uma
161 forma de manipulação. Esclarece que em momento algum estava escrito que a representação de
162 Minas Gerais seria tirada pela base populacional das diretorias. Disse ainda que o processo

163 democrático deve ser respeitado e a plenária determinou, votou e aprovou que a distribuição de
164 delegados seria com base nas DADS. Falou também que alguns representantes da delegação de
165 alguns municípios da região metropolitana, especialmente trabalhadores, se afastaram porque
166 quiseram e não conseguiram no discurso, na ação política, fazer com que suas idéias
167 prevalecessem. Disse estar participando da reunião para reputar qualquer afronta com relação aos
168 princípios éticos e morais ou de transparência da mesa diretora que conduziu aquele trabalho. Em
169 seguida fizeram intervenções os conselheiros Cleide Donária, Willer Marcos, Evaristo Garcia, José
170 Brandão, Anadil Benedita, Antenor, Paulo Carvalho e Túlio Batista. O vice-presidente do CES,
171 Nicodemus de Arimatéia esclarece aos conselheiros dizendo que a relação do CES com o gestor é
172 de total independência e que a mesa diretora tem reuniões regulares. Solicitou ao ex- conselheiro
173 Roberto dos Santos que formalizasse sua denúncia, caso contrário, deveremos recorrer a gravação
174 desta reunião. Esclareceu que o tratamento dado a representação dos gestores da DADS de Juiz
175 de Fora, que foi questionado devido a uma suposta manipulação, promovida pelo gestor estadual e
176 pelo COSEMS, ocorreu da seguinte forma: marcou-se uma plenária de gestores numa sala e
177 algumas pessoas foram para outra sala o que resultou em duas listas. Acrescentou ainda que os
178 delegados dos municípios que estão participando da V Conferência Estadual de Saúde estão mais
179 interessados em ir à Brasília do que a discutir o relatório. Talvez esse seja o pior relatório que
180 qualquer Estado tenha feito. Como presidente da mesa, e como coordenador da comissão
181 organizadora, levei este relatório e a discussão desta questão para o plenário que decidiu que o
182 plenário tinha poder para fazer o encaminhamento que fez, ou seja, encaminhar as pendências
183 relativas ao relatório de Minas Gerais, para que o CES desse a finalidade adequada em termos de
184 redação e composição formal do documento. Afirmou que a mesa e a comissão organizadora não
185 assumiram para si a responsabilidade de dar a definição sobre as duas demandas. Falou que
186 conferência só existe em função de duas coisas: discutir e votar o relatório de Minas Gerais e a
187 delegação de Minas Gerais à Conferência e a plenária entendeu que o relatório ficaria sob
188 responsabilidade do plenário do CES, da comissão organizadora, da mesa relatora, etc. Em
189 seguida o vice – presidente do CES, Nicodemus de Arimatéia explicou como foi escolhido delegado
190 para a 12ª Conferência Nacional de Saúde e comentou a participação dos ACS com trabalhadores
191 da saúde. Falou ainda sobre a escolha dos delegados por macro região. Em seguida agradeceu ao
192 conselheiro distrital de saúde Evandro de Souza, por sua fala, apesar de ter confundido a pessoa
193 do Nicodemus que é um trabalhador, com a pessoa do Nicodemus que é da militância sindical há
194 quase quinze ou dezesseis anos e que hoje está investido da situação de vice-presidente do CES.
195 Pediu aos conselheiros que ajudem a construir uma lei ordinária que regulamente, e normatize o
196 papel do CES, que é o primeiro conselho do Brasil, mas o único que foi criado por decreto e não
197 por lei ordinária. Durante a 4ª Conferência Estadual de Saúde, foi apresentado um ante projeto de
198 lei, que até o momento aguarda que o gestor estadual a encaminhe para Assembléia Legislativa.
199 Informou que até o dia 17 próximo, teremos prazo para analisar e mudar questões sobre a
200 delegação de Minas Gerais. As demandas ou recursos que estavam além da competência da mesa
201 diretora e da comissão organizadora foram encaminhadas para o plenário. Informou que durante a
202 divisão por DADS, a região metropolitana ou o que restou dela, se reuniu no fundo da mesma sala,
203 onde foi armado o lobe de alguns municípios o que gerou grande confusão, inclusive com a
204 participação de conselheiros estaduais. Acrescentou que os delegados de Contagem que
205 compareceram nesta Conferência, foram tirados numa reunião com a participação de cento e
206 oitenta a duzentas pessoas, numa festa de aniversário do Prefeito e, na sua opinião, trabalhador
207 que respeita o controle social não aceita tutela de gestor. No entanto, a comissão organizadora
208 analisou os documentos, acatou os recursos de Sindicato de Contagem e dentro de sua autonomia
209 e do Regimento da Conferência, determinou que aquilo era inválido, pois eles entraram por força
210 de liminar judicial. Disse que o que BH vivenciou em sua conferência, não passou muito longe da
211 conferência estadual de saúde. Disse ainda que não podemos aceitar que o controle social sofra
212 esta manipulação, que visa destruir o SUS, destruir o que foi feito, respeitando a voz do cidadão,
213 do trabalhador. Em seguida o vice – presidente do CES comenta algumas atitudes de delegados
214 durante a realização da V Conferência Estadual de Saúde. O presidente do CMS/BH, Cléber informa
215 sobre reunião no CNS, dia 27/11/2003 para discutir essa questão. O secretário geral do CMS/BH,
216 Roberto Francisco passa para o encaminhamento das propostas. O conselheiro distrital Evandro de

217 Souza propõe que o CMS/BH, solicite a FAMEMG que se pronuncie sobre a questão colocada pelo
218 conselheiro municipal de saúde Gilson Silva, no dia 10/11/2003, na reunião do CES/MG, onde o
219 mesmo disse que “Belo Horizonte retirou-se da plenária para ganhar no tapetão”, questionando se
220 este é o pensamento pessoal do conselheiro ou o pronunciamento da entidade. O conselheiro
221 Gilson Silva disse que não representa a FAMEMG no CES/MG e sim a CGT e que esta foi a
222 manifestação de um pensamento pessoal. Em seguida a conselheira da cidade, Anadil Benedita
223 propõe que este questionamento seja encaminhado também a CGT. O conselheiro José Brandão
224 pede que a conselheira Rosalina Fernandes ratificasse ou retificasse a fala do conselheiro Gilson,
225 visto que a mesma ouviu quando ele se pronunciou na reunião do CES/MG e o conselheiro distrital
226 Evandro de Souza propõe que seja encaminhada a transcrição da ata desta reunião. Em seguida
227 falaram os conselheiros Rosalina Fernandes, Gilson Silva, Cléber das Dores e Roberto Francisco. O
228 secretário geral do CMS/BH, Roberto Francisco coloca em votação as propostas do conselheiro
229 distrital de saúde Evandro de Souza e a proposta de encaminhamento de um documento ao
230 Ministério Público sobre a V Conferência Estadual de Saúde. As propostas foram aprovadas pelo
231 plenário por unanimidade. Em seguida, o conselheiro municipal de saúde Paulo Carvalho propõe
232 que seja anexada ao documento para o Ministério Público, a fita cassete contendo a fala do vice –
233 presidente do CES/MG, Nicodemus de Arimatéia nesta reunião. O conselheiro Willer Marcos
234 Ferreira disse que o CMS/BH deve garantir que a sua delegação esteja presente na 12^a
235 Conferência Nacional de Saúde, sendo ou não delegados. O conselheiro Alcides Pereira propõe que
236 seja encaminhado um release para a imprensa, com a fala principal do vice – presidente do
237 CES/MG, Nicodemus de Arimatéia, comparando Belo Horizonte com o município de Contagem. A ex
238 – conselheira municipal de saúde, Cleide Donária solicita que seja providenciado o decreto que
239 regulariza o CES/MG, visto que não existe a lei correspondente. A conselheira da cidade, Anadil
240 Benedita Ruhnau propõe que a SMSA viabilize a ida dos conselheiros da região metropolitana à
241 Brasília, para participarem da 12^a Conferência Nacional de Saúde. Em seguida, o secretário geral
242 do CMS/BH, Roberto Francisco Pereira coloca em votação as propostas dos conselheiros Paulo
243 Carvalho, Alcides Pereira, Cleide Donária e Anadil Benedita. As propostas foram aprovados por
244 unanimidade. O conselheiro Paulo Carvalho propõe que o CMS/BH cobre uma posição política do
245 Conselho Nacional de Saúde sobre a participação da delegação de Belo Horizonte na 12^a
246 Conferência Nacional de Saúde. A proposta foi encaminhada para votação pelo secretário geral do
247 CMS/BH, Roberto Francisco e foi aprovada por unanimidade pelo plenário. O presidente do
248 CMS/BH, Cléber das Dores de Jesus informa que a SMSA colocou a disposição do CMS/BH sua
249 Assessoria Jurídica para encaminhamento do documento ao Ministério Público. Participaram desta
250 reunião os seguintes conselheiros: Alcides Pereira, Célia de Lélis, Cléa da Mata, Cléber das Dores,
251 Dalila Monteiro, Dorvalino Soares, Elina Souza, Helvécio Miranda, Hervécio Cruz, José Brandão,
252 Lourival Custódio, Maria Nazária Souza, Paulo Roberto V. Carvalho, Rady Eddy, Roberto Francisco,
253 Sebastião do Carmo, Rosalina Fernandes, Túlio Batista, Luiz Moraes, Maria Terezinha Souza, Ivânia
254 Augusta, Willer Marcos, Elson Violante, Sandra Maria dos Santos, José Laerte, Maria de Lourdes
255 Gomes, Romeu Pires, Regina Lemos e Rubens Barbosa. Justificaram: Jorge Lúcio, Paulo César
256 Machado, Zenith Maria, José Valentim, Ricardo Castanheira, Luzia Maria Alves, Eglea Maria Cunha
257 e Vânia de Fátima Ferreira. Às 19:30 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião
258 da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e pelo
259 secretário geral do Conselho Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 13 de novembro de 2003.
260 LPM/vld